

## **TRANSFORMANDO OS SISTEMAS ALIMENTARES PARA AS PESSOAS, A NATUREZA E O CLIMA: UM CHAMADO COLETIVO À AÇÃO**

Os alimentos são essenciais para a vida na Terra. O acesso ao alimento é um direito humano fundamental, fornecendo nutrientes vitais para a saúde e o bem-estar. Ele conecta as pessoas às suas famílias, comunidades, culturas e ao mundo natural. Os sistemas alimentares fornecem meios de subsistência para pelo menos 4 bilhões de pessoas e são a espinha dorsal socioeconômica de muitas comunidades e países. Temos uma enorme oportunidade de destravar os benefícios transformadores dos sistemas alimentares e proteger a segurança alimentar e nutricional, criar resiliência aos impactos climáticos, contribuir para a mitigação e adaptação ao clima, proteger e restaurar a natureza e a biodiversidade e criar economias e sociedades mais inclusivas, equitativas e prósperas.

Atualmente, os sistemas alimentares enfrentam desafios sem precedentes e cada vez maiores. Eles contribuem e são afetados pela perda da natureza e da biodiversidade, mudanças climáticas, degradação da terra e do solo, crises humanitárias e conflitos. A alimentação e a agricultura globais são responsáveis por mais de um terço das emissões de gases de efeito estufa (GEE)<sup>1</sup>, por até 70% do uso de água doce e por até 80% da perda de biodiversidade. Os sistemas alimentares insustentáveis prejudicam a segurança alimentar e nutricional, aumentam os riscos de surtos de pragas e patógenos e ameaçam os meios de subsistência dos agricultores e de outros agentes da linha de frente dos sistemas alimentares<sup>2</sup>. Muitos ambientes alimentares dificultam o acesso dos consumidores a alimentos nutritivos, acessíveis, diversificados, produzidos localmente e de forma sustentável. A má qualidade da dieta é o principal fator de doenças não transmissíveis e a principal causa de morte prematura em todo o mundo. Cerca de 30% dos alimentos são perdidos ou desperdiçados<sup>3</sup>, mais de 900 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar - muitas das quais trabalham na agricultura - e mais de 3 bilhões não têm condições de ter uma dieta saudável. Os custos sociais, econômicos e ambientais ocultos associados aos sistemas alimentares atuais chegam a mais de US\$ 10 trilhões por ano.

**Essa confluência de crises é uma emergência global sem precedentes, e precisamos agir com a urgência, o esforço e a escala adequados. Nós, os Atores Não Estatais abaixo assinados, compartilhamos a visão de que, até 2030, os sistemas alimentares proporcionarão um progresso significativo e mensurável para as pessoas, a natureza e o clima.**

Para alcançar essa visão de 2030, trabalharemos para alinhar o sistema alimentar global com o Acordo de Paris, a Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030 (ODS), a Agenda de Adaptação de Sharm El Sheikh e a Agenda "Breakthrough". Portanto, precisamos de metas globais, alinhadas, holísticas e com prazo definido para os sistemas alimentares até a COP29, no mais tardar, e caminhos de transição de sistemas alimentares acionáveis, baseados em evidências e localmente apropriados. Como Atores Não Estatais, traduziremos essas metas em nossas estratégias e planos, definiremos e cumpriremos metas climáticas baseadas na ciência, na natureza e nos sistemas alimentares, e acompanharemos e divulgaremos o progresso de forma transparente, com base nas melhores práticas disponíveis<sup>4</sup>.

De acordo com esses caminhos e nossas respectivas funções e responsabilidades, priorizaremos ações críticas para:

1. Apoiar os atores dos sistemas alimentares da linha de frente a se adaptarem e criarem resiliência aos riscos climáticos e a outros choques e estresses;
2. Alinhar os sistemas alimentares com a meta de 1,5°C, reduzindo as emissões absolutas de GEE dos sistemas alimentares (incluindo as emissões de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) e fazendo a transição do uso de combustíveis fósseis nos sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que apoia o acesso à energia renovável, especialmente nos países em desenvolvimento;
3. Enfrentar o aumento da fome e garantir que indivíduos, famílias, comunidades e regiões frágeis vulnerabilizadas que estejam enfrentando níveis de crise de insegurança alimentar, possam ter suas

<sup>1</sup> Sistemas alimentares, incluindo a agricultura e o uso de energia, resíduos e emissões industriais relacionados a eles.

<sup>2</sup> Esse termo deve incluir agricultores, trabalhadores rurais, pescadores, pastores, pecuaristas, aquicultores, pessoas que dependem da floresta, trabalhadores da cadeia de valor de alimentos, povos indígenas, jovens, mulheres e outras pessoas em situações vulneráveis na linha de frente da economia de alimentos.

<sup>3</sup> Cerca de 14% desse valor é perdido e outros 17% são desperdiçados.

<sup>4</sup> Para as grandes empresas e instituições financeiras, isso inclui as emissões de GEE dos escopos 1, 2 e 3, por meio de estruturas e iniciativas de definição de metas, divulgação e relatórios de terceiros, como CDP, ISSB, Race to Zero, SBTi FLAG, SBTN, TCFD e TNFD, atualizando com as melhores práticas e apoiando a convergência.

necessidades nutricionais atendidas, acabando com a fome e a desnutrição em todas as suas formas, observando que a mudança climática aumentou ainda mais esses riscos;

4. Mudar os ambientes alimentares para melhorar a disponibilidade e a acessibilidade econômica em apoio a dietas saudáveis, nutritivas, sustentáveis e localmente adequadas, fazendo a transição para fontes mais diversificadas de proteína e energia e dietas mais equilibradas, de acordo com as metas globais e as circunstâncias nacionais;
5. Apoiar a transição e a ampliação de abordagens sustentáveis para a produção de alimentos que ofereçam resultados positivos para as pessoas, a natureza e o clima (incluindo agroecologia, abordagens orgânicas, regenerativas e positivas para a natureza e aquicultura sustentável) e o gerenciamento resiliente ao clima da pesca de captura, buscando co-benefícios com o bem-estar animal, a qualidade do ar e a saúde pública;
6. Aumentar a resiliência, a qualidade e a disponibilidade da água por meio do gerenciamento integrado dos sistemas hídricos e alimentares e da restauração dos ecossistemas relacionados à água;
7. Melhorar a saúde do solo por meio do aumento dos investimentos, da expansão da pesquisa e da ampliação de práticas saudáveis de solo que aumentem o carbono do solo, evitem a poluição do solo e revertam a degradação da terra.
8. Proteger, conservar e restaurar a natureza e a biodiversidade, inclusive interrompendo e revertendo a perda de florestas e outros ecossistemas importantes, como áreas úmidas, campos, savanas e turfeiras, contribuindo significativamente para a restauração de terras degradadas e pastagens;
9. Intensificar os esforços para reduzir pela metade a perda e o desperdício de alimentos, inclusive por meio de abordagens de economia circular;
10. Reorientar, alinhar, eliminar riscos e ampliar o financiamento, inclusive multilateral, privado, filantrópico e misto, para promover a adaptação e a resiliência dos sistemas alimentares, bem como a mitigação, fechando a lacuna de financiamento com atenção especial às necessidades de adaptação dos países de baixa renda e aumentando o acesso direto para os atores da linha de frente do sistema alimentar.

Ao implementar uma agenda coletiva de transformação dos sistemas alimentares, nós iremos:

1. Concentrar nossos esforços nos atores dos sistemas alimentares da linha de frente, com foco especial nas mulheres e nos jovens, para garantir que eles tenham voz e agência na tomada de decisões e para apoiar, reconhecer e recompensar seus esforços para alimentar o mundo, respeitando os limites planetários e gerenciando os ecossistemas;
2. Promover uma transição justa, inclusive por meio da promoção de meios de subsistência equitativos e do envolvimento significativo das partes interessadas e dos detentores de direitos nos processos e planos que os afetam, além de abordar a posse de terras e recursos para grupos marginalizados;
3. Respeitar os Direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, incluindo seus direitos ao Consentimento Livre, Prévio e Informado, à terra e à autodeterminação, reconhecendo o papel de liderança que desempenham na produção de sistemas alimentares sustentáveis;
4. Promover a colaboração de vários participantes e oportunidades de aprendizado, intercâmbio e coordenação entre os Atores Não Estatais e os governos em todos os níveis.

Os governos nacionais desempenham um papel fundamental na transformação dos sistemas alimentares, incluindo a criação de condições favoráveis que podem acelerar as contribuições dos Atores Não Estatais e, portanto, a realização da visão que estabelecemos. Saudamos a Declaração dos Emirados sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática e estamos prontos para apoiar sua ambiciosa implementação. Pedimos a todos os governos que fortaleçam suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até 2025. Destacamos a necessidade e a oportunidade significativas de os governos reorientarem as políticas agrícolas, redirecionarem os subsídios para longe de práticas prejudiciais e redirecionarem o apoio público, abordarem as barreiras comerciais, financeiras e regulatórias e introduzirem a divulgação obrigatória de riscos relacionados ao clima e à natureza. Isso ajudará a impulsionar mais ambição, nivelar o campo de atuação, criar incentivos, promover a inovação e a pesquisa e impulsionar os investimentos necessários para a transformação dos sistemas alimentares. Pedimos aos governos que envolvam de forma significativa os atores da linha de frente dos sistemas alimentares, as cidades, os consumidores, as iniciativas em nível de paisagem e todas as outras partes interessadas relevantes, à medida que desenvolvem e atualizam seus Caminhos Nacionais dos Sistemas Alimentares e estratégias climáticas de longo prazo, informados pela melhor ciência e evidências disponíveis, e integrem ações para sistemas alimentares sustentáveis nas NDCs, nos Planos Nacionais de Adaptação, nas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade, nos Planos Nacionais de Nutrição e nas Diretrizes Dietéticas Nacionais baseadas em alimentos.

Comprometemo-nos e conclamamos todos os Atores Estatais e Não Estatais a respeitar e valorizar o Conhecimento Tradicional dos Povos Indígenas e o conhecimento local dos agricultores, pescadores, pecuaristas e pastores, destacando especialmente o papel das mulheres e dos jovens. Devemos fortalecer a capacidade das organizações que representam os atores dos sistemas alimentares da linha de frente, para permitir seu envolvimento significativo nas negociações climáticas e em outros processos relevantes que os afetam, e para co-projetar ferramentas, incentivos e suporte técnico adaptados localmente. Pedimos que seja feita uma provisão adequada de perdas e danos para apoiar as comunidades vulneráveis à medida que se adaptam e se recuperam dos impactos climáticos. Reconhecemos a necessidade de abordar os desequilíbrios de poder e a desigualdade social, e de oferecer renda e salários justos a todos os trabalhadores dos sistemas alimentares. Pedimos maior acesso a seguros contra riscos climáticos, subsídios e outras formas de apoio, conforme apropriado, e investimentos significativos em infraestrutura física e tecnologias socialmente inclusivas, regidas por estruturas regulatórias que protejam o interesse público, de modo que as gerações atuais e futuras de atores da linha de frente do sistema alimentar prosperem e prosperem à medida que produzem alimentos e administram os recursos naturais.

Nós, os Atores Não Estatais abaixo assinados, representamos os atores da linha de frente dos sistemas alimentares, bem como empresas, consumidores, cidades, sociedade civil, educadores, investidores, instituições multilaterais, governos regionais, agências de pesquisa, universidades e outros. Reconhecemos que este é um esforço de várias partes interessadas e que temos funções variadas e responsabilidades compartilhadas na realização de uma transição justa dos sistemas alimentares. O ônus dessa transição não deve recair de forma desproporcional sobre países, comunidades e grupos populacionais de baixa renda. Comprometemo-nos a monitorar e relatar anualmente nossos esforços para avançar nessas prioridades de transformação dos sistemas alimentares e em outras áreas de impacto até 2030. Estamos prontos para trabalhar em parceria com os governos e também entre nós. Juntos, podemos colaborar na liderança de uma agenda ambiciosa e compartilhada que libera o potencial dos sistemas alimentares como uma das principais soluções para as pessoas, a natureza e o clima.